



# DIÁRIO OFICIAL

## do Município de Pariqueira Açu

quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014

Edição nº 40. Ticket 40



Câmara Municipal de Pariqueira-Açu

Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

### **RESOLUÇÃO Nº 0001/2014**

“DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE DELEGAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU NO 58º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS, A SE REALIZAR EM CAMPOS DO JORDÃO/SP”.

**SEBASTIÃO ASSUNÇÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º** - A Câmara Municipal de Pariqueira-Açu poderá ser representada no 58º Congresso Estadual de Municípios, a realizar-se na cidade de Campos do Jordão/SP, no período de **18 à 22 de Março de 2014**, por Delegação composta por até cinco (05) Vereadores.

**Parágrafo 1º** – Os Vereadores que irão compor a Delegação, cujo Presidente será entre eles definido, serão designados pela Mesa da Câmara.

**Parágrafo 2º** – Se o número de Vereadores que pretenderem participar do Congresso for superior à cinco, a escolha dos participantes se dará através de votação em plenário por maioria simples.

**Parágrafo 3º** – Os Vereadores deverão manifestar por escrito até a data de **17/02/2014**, o interesse em participar do Congresso, devendo, ainda, até a mesma data, apresentar na Secretaria da Câmara as propostas a serem discutidas durante a sua participação.

**Artigo 2º** - O Presidente da Delegação deverá apresentar em Plenário relatório escrito ou verbal dos principais acontecimentos do Congresso, especialmente daqueles que despertam maior interesse à vida da nossa comunidade.

**Artigo 3º**- O Diretor de Contabilidade deverá providenciar a inscrição da Delegação junto ao 58º Congresso Estadual de Municípios, providenciando os pagamentos das inscrições e das despesas com hospedagem.

**Artigo 4º** - As despesas com a execução da presente Resolução serão suportadas por verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Artigo 5º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Plenário “Vereador Ivo Zanella”, 17 de Fevereiro de 2014.

**Ver. Sebastião Assunção**

Presidente



Câmara Municipal de Pariqueira-Açu

Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

### **RESOLUÇÃO Nº0002/2014**

“DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO EM PECÚNIA AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU”.

**SEBASTIÃO ASSUNÇÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º** - O auxílio alimentação será concedido aos servidores da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu e pago em pecúnia no valor de **R\$ 340,00** (Trezentos e Quarenta Reais) à partir da vigência desta Resolução, juntamente com os vencimentos, discriminado em holerith e tendo apenas caráter indenizatório.

**Artigo 2º** - O valor do auxílio alimentação devido a cada servidor será proporcional aos dias por ele efetivamente trabalhados em cada mês, excluindo-se do valor apenas os dias de ausência ao trabalho em razão de:

I – faltas injustificadas;

II – afastamento para concorrer a cargo eletivo.

III – se acharem afastados em razão de licença médica.

**Parágrafo único** – O servidor que estiver afastado das funções em razão de licença médica, fará jus ao auxílio alimentação apenas nos primeiros 30 (trinta) dias da licença.

**Artigo 3º** - Para fins de cálculo do valor/dia de desconto do auxílio alimentação, será usada a seguinte fórmula: R\$ 340,00(Trezentos e Quarenta Reais), divididos pelo número de dias úteis mensais de expediente da Câmara Municipal, cujo resultado será o valor/dia do auxílio alimentação.

**§ 1º**- O valor do auxílio alimentação será revisto e reajustado anualmente, de acordo com a variação do custo da cesta básica apurada pelo DIEESE, ou pela variação da inflação medida pelo IPCA/IBGE ou INPC/IBGE, prevalecendo aquele de maior variação medida nos últimos 12 (doze) meses, fixando-se como data base para referida revisão o mês de fevereiro de cada ano.

**§ 2º**- Ocorrendo a apuração de taxa negativa na variação dos índices referidos no parágrafo primeiro deste artigo, permanecerá inalterado o valor da indenização então praticado.



# DIÁRIO OFICIAL

## do Município de Pariqueira Açu

quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014

Edição nº 40. Ticket 40

**Artigo 4º** - Os valores do auxílio alimentação apurados no mês, serão pagos aos servidores juntamente com seus vencimentos, de forma especificada, em codificação numerária própria, no contracheque do servidor.

**Artigo 5º** - O auxílio alimentação de que trata esta Resolução não tem natureza salarial, nem se incorporará à remuneração para quaisquer efeitos, e também não será configurado como rendimento tributável e nem constitui base de incidência de contribuição previdenciária.

**Artigo 6º** - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos à partir dos vencimentos do mês de fevereiro do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Plenário "Ver. Ivo Zanella", 17 de Fevereiro de 2014.

**Ver. SEBASTIÃO ASSUNÇÃO**  
Presidente



Câmara Municipal de Pariqueira-Açu  
Estado de São Paulo

Av. Dr. Fernando Costa, 497 – Centro – Telefax: (13) 3856-1283 – CEP 11.930-000

### RESOLUÇÃO Nº0003/2014.

"REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

**SEBASTIÃO ASSUNÇÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

**Artigo 1º** - Os Servidores do Poder Legislativo Municipal, contratados ou comissionados, que, em caráter eventual ou transitório e, no interesse do Município, deslocarem-se da sede onde têm exercício para outro ponto do território nacional, farão jus ao valor definido nesta Resolução a título de diária, para atender as despesas com pernoites, lanches e refeições.

**§ 1º** - Entende-se por sede o município de Pariqueira-Açu onde servidor público desempenha as atribuições do cargo que ocupa.

**§ 2º** - As diárias serão concedidas por dias de deslocamento da sede do servidor, garantindo-se a inclusão da data de saída e da chegada, desde que permaneça por mais de 06 (seis) horas do dia fora da sede, e serão pagas da seguinte forma:

- a) 02 (duas) refeições: quando a partida ocorrer até as 11(onze) horas e o retorno após as 20(vinte) horas do mesmo dia;
- b) 01 (uma) refeição: quando a partida ocorrer até as 11 (onze) horas e o retorno anterior às 20 (vinte) horas, ou a partida for após às 13 (treze) horas e o retorno ocorrer após às 20 (vinte) horas do mesmo dia;
- c) 01 (um) pernoite: quando o deslocamento exigir a permanência após as 00 (zero) horas do dia;

**§ 3º** - Poderão ser complementadas as diárias, em casos excepcionais, devidamente justificados e aprovados pelo presidente da Câmara, em razão de imperiosa necessidade da permanência ou impedimento de retorno na data e horários programados.

**Artigo 2º** - As viagens serão autorizadas previamente pela chefia imediata do servidor ou pelo Presidente da Câmara.

**Artigo 3º** - O servidor que receber valor de diária para despesas e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento.

**Parágrafo único** - Na hipótese de o servidor retornar ao município em prazo menor do que o previsto para seu afastamento, deverá restituir os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo previsto no *caput* deste artigo, contados da data do retorno.

**Artigo 4º**- Não farão jus ao recebimento de diárias os seguintes casos:

- I - deslocamentos que não originarem quaisquer despesas;
- II – deslocamentos em períodos inferiores aos limites definidos no artigo 1º desta Resolução;
- III - os deslocamentos que não forem autorizados nos termos definidos nesta Resolução.



# DIÁRIO OFICIAL

## do Município de Pariqueira Açu

quarta-feira, 19 de fevereiro de 2014

Edição nº 40. Ticket 40

**Parágrafo único** - Somente serão pagos antecipadamente, em relação à data da partida do servidor, os valores de diárias requeridos com a antecedência mínima de 48 (quarenta e Oito) horas.

**Artigo 5º** - A diária será contada desde o momento da partida do servidor público até seu retorno à sede da Câmara Municipal.

**Parágrafo único** - Em caso de o servidor optar por se deslocar com veículo de propriedade privada, não será devida indenização quanto aos gastos de transporte, sendo as ocorrências quanto à responsabilização financeira ou civil que possa ocorrer no deslocamento, de responsabilidade pessoal do servidor ou do proprietário do veículo.

**Artigo 6º** - Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto nesta Resolução a autoridade proponente, o ordenador da despesa e o beneficiário dos valores recebidos.

**Artigo 7º** - Todo processo de concessão de diária, deverá conter o mapa de concessão de diária, devidamente assinado pelo ordenador da despesa e pelo beneficiário, nos termos do Anexo II desta Resolução.

**Artigo 8º** - Nenhum servidor poderá receber mais de 50% de seus vencimentos mensais a título de diárias, atendendo à vedação da CLT do Regulamento do Imposto de Renda.

**Artigo 9º** - Os valores das diárias ficam definidos conforme o Anexo I desta Resolução.

**Artigo 10** - Anualmente será procedida a atualização dos valores das diárias, constantes desta Resolução, pelo índice do INPC, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou ainda a qualquer tempo, sempre que for constatada a defasagem das mesmas em relação aos custos de alimentação, devidamente comprovados por dados oficiais.

**Artigo 11** - Os casos omissos nesta Resolução serão submetidos à decisão do Presidente da Câmara Municipal.

**Artigo 12** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário “Ver. Ivo Zanella”, 17 de Fevereiro de 2014.

**Ver. SEBASTIÃO ASSUNÇÃO**  
Presidente